

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Roberto Rodrigues*

Irrigação na agricultura exige uma tecnologia sofisticada. Não se trata de “jogar água nas plantas”: é preciso avaliar a existência de água face à demanda da planta, disponibilizar a água na quantidade certa (e cada cultura tem sua demanda diferenciada), e no momento adequado ao longo do ciclo da planta, sempre com o objetivo de viabilizar e garantir a produção agropecuária. Atualmente são irrigadas cerca de 18% das áreas agrícolas no mundo, mas a sua produção corresponde a 44% do total mundial produzido. Só estes números mostram claramente o resultado da irrigação.

No ano passado tínhamos no Brasil cerca de 6 milhões de hectares irrigados, o que representava menos de 8% de nossa área agricultada: é muito pouco. Mas estamos crescendo. No ano 2000 tínhamos pouco mais de 3 milhões de hectares com irrigação, o que significa quase 100% de crescimento em 18 anos!

De fato, temos aqui tecnologia de ponta nesse setor industrial produtor de equipamentos, similar à que já é utilizada nos países líderes em irrigação, e que geram benefícios conhecidos: aumento de produtividade por hectare, intensificação da produção na mesma área (bem mais de uma safra por ano, reduzindo a necessidade de novas áreas via desmatamento), redução de riscos climáticos (com ênfase para os recorrentes problemas com a seca), redução de sazonalidade gerando oferta continua do produto ao longo do ano, produção de culturas nobres (frutas, verduras e flores) que podem ser cultivadas em áreas pequenas, e, naturalmente, oferta maior de empregos durante o ano inteiro.

E tudo contribui para melhorar a renda do produtor, sobretudo do pequeno. Claro que isso depende de investimentos que não são baratos, e cujo valor pode representar 10 a 15% do preço da terra, mas com resultados compensadores. Estudos da Agência Nacional de Águas-ANA, indicam um grande potencial de expansão de áreas irrigadas no país: temos aumentado em média 200 mil hectares por ano, mas podemos praticamente dobrar isso.

Para avançar, faz-se necessária uma política de estado para o desenvolvimento da irrigação no Brasil, uma estratégia bem definida que promova ações inteligentes, com sistemas digitais e automatizados capazes de controlar rigorosamente o uso da água e permitir a fertirrigação (com adubação na mesma operação da irrigação). Essa estratégia deverá considerar um programa de crédito incentivado, e sobretudo a agilização de estudos técnicos que viabilizem os investimentos. Nessa temática entra, por exemplo, a necessidade de padronização do processo de outorga de águas de rios de domínio estadual e aquíferos, porque cada estado tem o seu.

Também é preciso uniformizar e agilizar os processos de licenciamento ambiental, que demoram muito tempo na burocracia, em especial considerando que irrigação é ferramenta de produção.

Nesse ponto, deve ser avaliada a viabilidade de construção de barragens para garantia de água em perímetros irrigados, para mitigar os efeitos da sazonalidade de chuvas. E é evidente a necessidade de energia disponível para certos processos de irrigação.

Mesmo com uma política assim estruturada, irrigar não é moleza. O projeto tem que ser adequado, a operação do sistema é delicada, com manutenção periódica e monitoramento permanente, eliminando vazamentos na malha hidráulica e, sobretudo, controlando o volume de água captado via medidores de vazão.

Um programa desse porte promoverá desenvolvimento em regiões mais secas e pouco avançadas, com empregos bem remunerados e oferta de alimentos o ano inteiro.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP.**